



Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande de Norte

Assunto: Requerimento de pagamento do piso salarial retroativo e imediato pagamento do piso de 2025

[**Nome do Requerente**], [qualificação completa, nacionalidade, profissão, Identidade, CPF, endereço completo, contato telefônico], **professor(a)** vinculado(a) ao Quadro de Inativos da **Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte**, matrícula nº [número da matrícula], vem, por meio deste, com base no **direito constitucional** e na **decisão do Supremo Tribunal Federal**, conforme a Reclamação Constitucional, **requerer o pagamento retroativo do Piso Salarial** referente ao período de suspensão, pelos motivos que passa a expor:

I. Dos Fatos

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da decisão proferida pelo Ministro **Edson Fachin**, julgou procedente a Reclamação Constitucional **cassando a liminar** que havia suspenso a Lei Estadual 737/2023, que estabelece o Piso Salarial dos professores.
2. A decisão do STF foi publicada em **13 de março de 2025**, determinando que devem ser mantidas a metodologia e a implementação dos reajustes previstos na norma estadual, assegurando a **preservação do Piso Salarial** na carreira do magistério.
3. Durante o período de suspensão, o pagamento do **Piso Salarial de 2023 e 2024** foi interrompido em razão da decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, a pedido do Ministério Público, o que gerou um **prejuízo financeiro significativo** aos profissionais da educação.

4. Com a **decisão do STF**, os professores do Estado do Rio Grande do Norte têm direito ao **pagamento retroativo** das diferenças salariais referentes ao período em que o pagamento foi suspenso.

II. Do Pedido

Diante do exposto, **requer-se** a Vossa Excelência:

1. O **pagamento retroativo** do **Piso Salarial suspenso**, com a devida **correção monetária** e **juros de mora**, conforme a **Lei Estadual**, que deve ser implementado considerando os valores devidos aos professores do Estado, durante o período de suspensão da norma;
2. Que as devidas correções e ajustes salariais sejam feitos de forma a **regularizar os valores devidos**, conforme os critérios legais e a decisão judicial recente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

[Nome do Requerente]
Matrícula nº [Número da Matrícula]